



## **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº DL 006/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 3520400.427.00000112/2025-87**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM EM EVENTOS ESPORTIVOS.**

**INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 16h00 do dia 16/01/2025.

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 13h59 do dia 22/01/2024.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** Às 14h00 do dia 22/01/2024.

**HORÁRIO PREVISTO DO PERÍODO DE LANCES:** 14h00 às 16h00

**LOCAL:** Plataforma BLL - <https://bllcompras.com/>



## **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2024**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3520400.427.00000112/2025-87**

#### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.** Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA/SP, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Esportes por meio do Departamento de Licitações, através de Agente de Contratação designado para este fim, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da regulamentação interna e demais legislações aplicáveis.

#### **2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**2.1.** O objeto da presente dispensa de licitação é Contratação de empresa especializada com fornecimento de material e mão de obra para prestação de serviço de arbitragem em eventos esportivos, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

**2.1.1.** A contratação de serviços de arbitragem para os eventos esportivos de Beach Soccer, Jiu-Jitsu, Vôlei de Praia, Beach Tênis e Rugby no âmbito do Projeto Verão Ilhabela Viva 2025 é essencial para assegurar a realização adequada, profissional e organizada desses eventos, com base nos seguintes pontos:

Inicialmente, salientamos que o Projeto Verão Ilhabela Viva 2025 tem como objetivo promover a prática esportiva, o lazer e a integração social, contribuindo para a valorização do esporte e o fortalecimento do turismo local durante a temporada de verão. Os eventos esportivos planejados são parte fundamental do projeto, atraindo atletas, turistas e moradores, o que potencializa o impacto econômico, social e cultural na região.

Nessa senda, as modalidades esportivas previstas demandam arbitragem especializada e capacitada, que garanta o cumprimento das regras oficiais de cada esporte, assegurando a integridade das competições e a igualdade de condições para todos os participantes. A arbitragem profissional é indispensável para conferir credibilidade aos eventos e evitar conflitos ou dúvidas que possam comprometer sua execução.

Nesse aspecto, as modalidades contemplam esportes de características técnicas e regulamentações distintas, exigindo árbitros com formação específica. Essa diversidade torna



inviável a execução dos eventos sem a contratação de profissionais qualificados, comprometendo tanto a experiência dos atletas quanto a atratividade do evento ao público.

Ademais, os eventos esportivos desempenham um papel significativo na inclusão social e na promoção de valores como disciplina, trabalho em equipe e respeito. A arbitragem profissional é essencial para criar um ambiente de competição saudável e respeitoso, que atenda aos objetivos educacionais e sociais do projeto, bem como, a realização dos eventos esportivos está alinhada com os objetivos da administração municipal de incentivar a prática esportiva, promover o lazer e impulsionar o turismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Ilhabela.

Dessa forma, a contratação de serviços de arbitragem para as modalidades esportivas previstas no Projeto Verão Ilhabela Viva 2025 é imprescindível para garantir a organização, qualidade e sucesso das competições, além de consolidar a imagem de Ilhabela como referência no esporte e no turismo

**2.2.** Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

**2.2.1.** Caso o fornecedor opte por participar de lote com mais de um item, deverá enviar proposta para todos os itens que o compõem.

**2.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço **por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**2.4.** Os fornecedores deverão apresentar apenas e somente 1 (uma) marca por item em sua proposta, se exigido.

### **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

**3.1.** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do site BLL Compras, disponível no endereço eletrônico <https://bllcompras.com/>.

**3.1.1.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no site BLL Compras, disponível no endereço <https://bll.org.br/cadastro-para-fornecedores/> para acesso ao sistema eletrônico e operacionalização.



**3.1.2.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**3.2.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**3.3.** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente aviso de dispensa de licitação para o seu credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico para participação da dispensa de licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

**3.4.** Em caso de dúvida de como proceder para acessar, realizar o *upload*, anexar documentos e operar o sistema eletrônico, o fornecedor deve fazer uso dos canais de atendimento do provedor do sistema eletrônico (telefone e *e-mail*), disponíveis em <https://bll.org.br/>.

**3.5.** Não poderão participar desta dispensa eletrônica os fornecedores:

**3.5.1.** Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seu(s) anexo(s).

**3.5.2.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

**3.5.2.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**3.5.2.2.** Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

**3.6.** É vedada a participação de empresas em consórcio para o presente procedimento.

**3.6.1.** Justifica-se a não admissão de empresas em consórcio em razão de o objeto não possuir características técnicas ou exigências de qualificação, em especial a qualificação técnica, que ensejem a reunião de duas ou mais empresas para participação no procedimento.

#### **4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**



**4.1.** Os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados até o primeiro dia útil posterior à data de publicação do aviso de dispensa eletrônica exclusivamente pelo sistema eletrônico, através de acesso na <https://bllcompras.com/>.

**4.2.** Os questionamentos e/ou pedidos de esclarecimentos, enviados fora do local e/ou prazo estipulado neste aviso de dispensa eletrônica, não serão conhecidos.

## **5. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial no sistema eletrônico.

**5.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de dispensa de licitação, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, o preço unitário e o valor total da proposta, até a data e o horário estabelecidos.

**5.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.

**5.4.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do objeto.

**5.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução e/ou fornecimento do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.5.1.** O ato do cadastramento da proposta é condição explícita, de que a proponente automaticamente declara que, está ciente e concorda com todos termos contidos neste aviso e seus anexos, de que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras, bem como, de que DOCUMENTOS DE



HABILITAÇÃO exigidos neste aviso e apresentados pela proponente, foram digitalizados do original ou mediante digitalização de documento autenticado, exceto aqueles extraídos da internet.

**5.6.** No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá assinalar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando for o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**5.7.** Quando do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá inserir os documentos de habilitação exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, conforme o caso.

## **6. FASE DE LANCES**

**6.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação, a sessão pública será aberta pelo operador do sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário previsto de finalização de período de lances disposto neste aviso.

**6.1.1.** O período de lances terá duração de 2 (duas) horas a contar da abertura dos lances pelo condutor do procedimento.

**6.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.3.** Poderá ser adotado intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

**6.3.1.** O intervalo mínimo de que trata o item acima poderá ser alterado na etapa de lances, desde que não seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado, observado o critério de julgamento.

**6.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**6.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



**6.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**6.8.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática, decorrido o prazo previsto neste aviso para duração da fase de lances, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**7.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**7.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**7.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**7.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**7.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**7.3.** Estando o preço compatível, poderá ser solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3.1.** Poderá ser adotado prazo máximo para envio da proposta ajustada ao valor do último lance registrado ou negociado.

**7.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.5.1.** Contiver vícios insanáveis.
- 7.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou anexos.
- 7.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7.** Erros no preenchimento das planilhas, quando for o caso, não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 7.7.1.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor desde que não haja majoração do preço.
- 7.7.2.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.7.3.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa de Licitação.



## **8. HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação são os relacionados abaixo.

### **8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**8.2.1.** No caso de empresa individual, registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial.

**8.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores.

**8.2.3.** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, contendo nomes e endereços dos diretores.

**8.2.4.** Em se tratando de sociedade cooperativa, ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

**8.2.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**8.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**).

**8.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.3.3.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal.



**8.3.4.** Prova de **regularidade perante a Fazenda Federal** (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União).

**8.3.5.** Prova de **regularidade perante a Fazenda Estadual** (certidão de regularidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual ou certidão negativa de débitos tributários expedidos pela Procuradoria Geral do Estado).

**8.3.5.1.** No caso de empresa que seja isenta ou não possua incidência quanto aos tributos estaduais, deverá apresentar, declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.

**8.3.6.** Prova de **regularidade perante a Fazenda Municipal** (certidão de regularidade quanto aos tributos mobiliários expedida no local do domicílio ou sede da licitante).

**8.3.7.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da respectiva certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011.

## **8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.4.1.** Certidão negativa de falência e recuperação judicial (concordata) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida pelo domicílio do empresário individual.

**8.4.2.** Nos casos de recuperação judicial e extrajudicial deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, bem como seu respectivo cumprimento, sem prejuízo do atendimento de todos os outros requisitos de habilitação estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação.

## **8.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**8.5.1.** Para o presente procedimento NÃO será exigido qualquer documento de habilitação técnica.

## **8.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO**

**8.6.1.** Declaração conjunta de habilitação, conforme modelo disposto no Anexo I.



**8.7.** Durante a etapa de habilitação, o condutor verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.7.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**8.7.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**8.7.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA - CNJ).

**8.7.4.** Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**8.7.5.** Cadastro de licitantes apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

**8.8.** Serão aceitas, para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista, certidões positivas, com efeitos de negativa, nos termos da legislação em vigor.

**8.9.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente restrição.

**8.9.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da sessão pública em que for declarada a licitante vencedora, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação.

**8.9.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação e na legislação aplicável.

**8.10.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.11.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação.



**8.12.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**8.13.** O condutor, no interesse da Administração Pública, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame, mediante realização de diligência, conforme disposto no art. 64 da Lei Federal 14.133/21.

**8.14.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da disputa.

**8.14.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação e/ou inabilitação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**8.15.** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** entre a data de sua expedição e a da abertura da sessão.

**8.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **9. CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Após declarado vencedor do certame, caso se conclua pela contratação, será emitido Autorização de Fornecimento, conforme *caput* e o inciso I do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.1.1.** O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual e/ou ainda, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

**9.1.2.** O prazo da convocação, poderá, a critério da Administração, ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do proponente devidamente justificada, devendo a solicitação ser realizada dentro do transcurso do prazo definido.



**9.1.3.** O não atendimento à convocação de que trata o item acima, poderá ensejar a licitante a aplicação das sanções definidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e na Lei Federal nº 14.133/21.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**10.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause ou não, grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**10.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato.

**10.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

**10.1.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**10.1.6.** Deixar de apresentar amostras ou deixar de realizar prova de conceito ou ainda deixar de cumprir com qualquer exigência de envio de documentação (catálogo e/ou folder e/ou bula, conforme o caso) para análise complementar de proposta.

**10.1.7.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**10.1.7.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

**10.1.7.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

**10.1.7.3.** Injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

**10.1.8.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou ainda não entregar a documentação exigida para a contratação.



**10.1.8.1.** A ocorrência da situação acima caracterizará inexecução total da obrigação assumida.

**10.1.9.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**10.1.10.** Fraudar a licitação.

**10.1.11.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**10.1.11.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

**10.1.11.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**10.1.11.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**10.1.11.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**10.1.11.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**10.2.** Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** Advertência.

**10.2.2.** Multa.

**10.2.2.1.** Para a infração de atraso injustificado na execução, o proponente estará sujeito a multa de mora, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia em atraso, limitada ao prazo de 30 (trinta) dias, momento em que será caracterizada inexecução do objeto da licitação.

**10.2.2.1.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento de compromisso com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste edital e na lei.

**10.2.2.2.** Para a infração de inexecução parcial que não cause grave dano à Administração, a multa será recolhida no percentual de 5% (cinco por cento).



**10.2.2.3.** Para a infração de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, a multa será recolhida no percentual de 10% (dez por cento).

**10.2.2.4.** Para a infração de inexecução total, a multa será recolhida no percentual de 15% (quinze por cento).

**10.2.2.5.** Em se tratando de ata de registro de preços, os percentuais de multa, acima descritos, incidirão sobre o ajuste (parcela) inadimplida.

**10.2.2.6.** Em se tratando de contrato, os percentuais de multa, acima descritos, incidirão sobre o valor total do contrato.

**10.2.2.7.** Para as infrações de que tratam os incisos VIII ao XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21 e conforme disposições acima, a multa será recolhida no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total, independentemente se ata de registro de preços ou contrato.

**10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar.

**10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções será considerado e aplicado o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.4.** As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, respeitarão o devido processo legal, observado o contraditório e a ampla defesa e obedecendo aos prazos previstos nos arts. 157 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**10.5.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10.6.** As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas através de e-mail para as proponentes sancionadas, sendo considerado oficial o endereço de e-mail cadastrado na plataforma eletrônica BBMNET, garantindo o direito de ampla defesa, de modo que os prazos passarão a contar da data de confirmação de recebimento.



**10.6.1.** Para as situações descritas no item acima, será adotado como principal canal de contato, a comunicação através de correio eletrônico (*e-mail*).

**10.6.1.1.** É facultado à Administração a utilização de outros endereços de correio eletrônico constantes dos documentos da proponente sancionada, de modo a garantir a eficiência da comunicação.

**10.6.1.2.** Deve a proponente manter os seus dados atualizados junto à Administração, não cabendo alegação de canal de comunicação descontinuado, sendo de inteira responsabilidade da proponente informar e atualizar seus dados cadastrais, mediante comunicação formal e, sempre que houver alteração, perante à Administração.

A proponente deverá confirmar recebimento de mensagens via correio eletrônico, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que decorrido este prazo e, não havendo confirmação de recebimento, será considerado para todos os efeitos legais que a proponente recebeu e está ciente do conteúdo da mensagem contida no correio eletrônico e/ou seus anexos.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** A Administração poderá, a seu critério, adotar como principal canal de contato, a comunicação através de correio eletrônico (*e-mail*) para a comunicação com a proponente, em especial para o cumprimento de diligências ou solicitação de documentação complementar, dentre outras possibilidades.

**11.1.1.** É facultado à Administração a utilização de outros endereços de correio eletrônico constantes dos documentos da proponente, de modo a garantir a eficiência da comunicação.

**11.1.2.** Deve a proponente manter os seus dados atualizados junto à Administração, não cabendo alegação de canal de comunicação descontinuado, sendo de inteira responsabilidade da licitante informar e atualizar seus dados cadastrais, mediante comunicação formal e, sempre que houver alteração, perante à Administração.

**11.1.3.** A proponente deverá confirmar recebimento de mensagens via correio eletrônico, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que decorrido este prazo e, não havendo confirmação de recebimento, será considerado para todos os efeitos legais que a proponente recebeu e está ciente do conteúdo da mensagem contida no correio eletrônico e/ou seus anexos.



**11.2.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**11.3.** O procedimento será divulgado no portal BLL COMPRAS, no Portal do Município de Ilhabela/SP e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**11.4.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**11.4.1.** Republicar o presente aviso com uma nova data.

**11.4.2.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**11.5.** As providências dos subitens anteriores poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**11.6.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo condutor na respectiva solicitação.

**11.7.** A participação implica ao proponente a completa, integral e incondicional aceitação de todos os termos deste aviso, inclusive dos seus anexos, implicando, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos, caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo estes suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

**11.8.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da disputa, sob pena das sanções aplicáveis em cada caso, previstas neste aviso, não se excluindo as de caráter civil e/ou criminal.

**11.9.** Caberá ao proponente acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**11.10.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**11.11.** Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente da condução ou do resultado deste procedimento.

**11.12.** O proponente será responsabilizado em caso de infrações previstas na Lei nº 14.133 de 2021 e serão aplicadas as sanções nela previstas.

**11.13.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.14.** Os casos omissos serão regulados pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas de direito aplicáveis, sendo apreciados e decididos pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, submetendo-os, conforme o caso, à apreciação da autoridade competente.

**11.15.** O condutor, se entender conveniente e/ou necessário, poderão utilizar-se de assessoramento técnico e/ou específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

**11.16.** As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, desde que não haja comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

**11.17.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhabela, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento desse certame licitatório, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

Ilhabela, 16 de janeiro de 2024.



## **ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA DE HABILITAÇÃO**

### **À PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA**

#### **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal (sócio gerente, proprietário ou procurador) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação na dispensa eletrônica em epígrafe, que:

- 1) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2) Não está impedida de contratar com a Administração Pública Municipal ou foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, inexistindo qualquer fato impeditivo à nossa habilitação;
- 3) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(razão social da empresa)

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)



**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Qtd	Unid	Especificação	Valor Unit	Valor Total
1	80	SERV	SERVIÇO DE ARBITRAGEM - BEACH SOCCER ( BASE SUB 11) SERVIÇO DE ARBITRAGEM POR PARTIDA DE BEACH SOCCER (MASCULINO LIVRE, FEMININO LIVRE E VETERANOS) AS PARTIDAS DESTA MODALIDADE SERAO REGIDAS PELO REGULAMENTO E NORMAS DESTA COMPETIÇÃO EM TUDO O QUE NÃO CONTRARIAR AS REGRAS INTERNACIONAIS DA CBSB. PARA CADA PARTIDA SERA NECESSARIA UMA EQUIPE DE ARBITRAGEM COMPOSTA POR 1 UM ARBITRO PRINCIPAL, 1 UM ARBITRO AUXILIAR, 1 UM ANOTADOR E 1 CRONOMETRISTA, 2 REPOSITORES. CADA PARTIDA E COMPOSTA POR, 03 TRES TEMPOS DE 12 (DOZE) MINUTOS CADA. TODOS OS REPOSITORES DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS E IDENTIFICADOS.	R\$ 320,00	R\$ 25.600,00
2	1	SERV	SERVIÇO DE ARBITRAGEM - BEACH TENIS SERVIÇO DE ARBITRAGEM COM ORGANIZAÇÃODE BEACH TÊNIS. COM 3 QUADRAS SIMULTÂNEAS. ORGANIZAÇÃO DE INSCRIÇÕES, CHAVEAMENTO, SÚMULAS, APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS. NIPES MASCULINO E FEMININO E MISTO. FORNECIMENTO DE ESTRUTURA NECESSÁRIA COMO: REDES, MÍNIMO DE 60 BOLINHAS NOVAS E FITAS DEMARCATÓRIAS. AS PARTIDAS DESTA MODALIDADE SERÃO REGIDAS PELO REGULAMENTO E NORMAS DESTA COMPETICAO EM TUDO O QUE NAO CONTRARIAR AS REGRAS DA CBBT.	R\$ 2.985,00	R\$ 2.985,00
3	1	SERV	SERVIÇO DE ARBITRAGEM – CAMPEONATO JIU JITSU SERVIÇO DE ARBITRAGEM – CAMPEONATO JIU JITSU AS DISPUTAS DESTA MODALIDADE SERAO REGIDAS PELO REGULAMENTO E NORMAS DESTA COMPETICAO EM TUDO O QUE NAO CONTRARIAR AS REGRAS DA CBJJ. PARA O EVENTO SERA NECESSARIO 2 (DUAS) ARENAS; EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO: 06 (SEIS)	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00



# Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela

Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 – Perequê – CEP 11630-000

Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-9200

CNPJ 46.482.865/0001-32

HOME PAGE – <http://www.ilhabela.sp.gov.br>



			ÁRBITROS, 04 (QUATRO) MESÁRIOS, 6 SEIS PULSEIRAS IDENTIFICAÇÃO, 2 DOIS CRONÔMETROS DIGITAIS. OS ARBITROS DEVERÃO APRESENTAR CERTIFICAÇÃO PARA A FUNÇÃO.		
4	2	SERV	SERVIÇO DE ARBITRAGEM – RUGBYSERVIÇO DE ARBITRAGEM POR COMPETIÇÃO (ATÉ 15 JOGOS) – RUGBY AS DISPUTAS DESTA MODALIDADE SERAO REGIDAS PELO REGULAMENTO E NORMAS DESTA COMPETICAO EM TUDO O QUE NAO CONTRARIAR AS REGRAS DA CBRU. PARA CADA PARTIDA SERA NECESSARIA UMA EQUIPE DE ARBITRAGEM COMPOSTA POR 1 UM ARBITRO, 1 UM AUXILIAR E 1 UM MESARIO.	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
5	1	SERV	SERVIÇO DE ARBITRAGEM – VOLEI DE PRAIASERVIÇO DE ARBITRAGEM POR COMPETIÇÃO VOLEI DE PRAIA (ATÉ 72 JOGOS). EM 02 (DUAS) ARENAS - 01 MASCULINA E 01 FEMININA. AS PARTIDAS DESTA MODALIDADE SERAO REGIDAS PELO REGULAMENTO E NORMAS DESTA COMPETICAO EM TUDO O QUE NAO CONTRARIAR AS REGRAS INTERNACIONAIS DA FIVB. PARA CADA PARTIDA SERA NECESSARIA UMA EQUIPE DE ARBITRAGEM COMPOSTA POR 1 (UM) ARBITRO PRINCIPAL, 1 (UM) ARBITRO ASSISTENTE E UM MESARIO. SUBITEM: A – POR JOGO 1 SET CADA PARTIDA E COMPOSTA POR, 01 UM SET DE 18 DEZOITO PONTOS, AS PARTIDAS FINAIS TERMINAM COM 21 PONTOS.OBS: A COMPETIÇÃO TERÁ DUAS ARENAS, LOGO DEVERÁ OCORRER PARTIDAS SIMULTÂNEAS, NECESSITANDO DE DUAS EQUIPES DE ARBITRAGEM.	R\$ 2.985,00	R\$ 2.985,00

## CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

**PAGAMENTOS:** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a Nota Fiscal ser apresentada no setor financeiro pela unidade recebedora do produto com nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável pelo recebimento. O gestor deverá atestar a Nota Fiscal desde que comprovada a execução do objeto contratado de acordo com o estabelecido no Edital.



**PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** O prazo máximo para a entrega/execução será de imediato de acordo com a Autorização de fornecimento emitida pela Secretaria solicitante.

O prazo será contado a partir do recebimento da Autorização de fornecimento pela empresa contratada.

**LOCAL DE ENTREGA:** Os serviços deverão ser prestados nas praias do Perequê e Praia Grande.

**HORÁRIO DE ENTREGA:** A execução do serviço deverá ocorrer conforme cronograma

**JULGAMENTO:** O critério adotado será o de **MENOR PREÇO LOTE**

**GARANTIA:** O prazo de garantia contratual dos bens será de, no mínimo, 90 dias, conforme Lei Federal nº 8.078/90.

#### **ELEMENTOS E REQUISITOS DA PROPOSTA**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da sessão pública.

#### **CRONOGRAMA PREVISTO**

### **Projeto Verão 2025**

### **VERÃO ILHABELA VIVA**

<b>DATA</b>	<b>SEMANA</b>	<b>EVENTO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>HORÁRIO</b>
17/jan	Sexta	<b>ABERTURA/ BEACH SOCCER/ DESFILE E JOGO DE ABERTURA</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h</b>
18/jan	Sábado	<b>BEACH TÊNIS e ARENA KIDS</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>9h</b>
19/jan	<b>Domingo</b>	<b>VÔLEI DE PRAIA - Adulto</b>	<b>PEREQUE</b>	<b>08h30</b>
20/jan a 24/jan	Seg - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
27/jan a 31/jan	Seg - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
03/fev a 07/fev	Seg - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
10/fev a 14/fev	Seg - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
15/fev	Sábado	<b>BEACH RUGBY</b>	<b>PEREQUE</b>	<b>8h</b>
16/fev	<b>Domingo</b>	<b>BEACH RUGBY</b>	<b>PEREQUE</b>	<b>8h</b>
17/fev a 20/fev	Seg - Quinta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
24/fev a 28/fev	Seg - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
06 e 07/mar	Qui - Sexta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>
10 e 13/mar	Seg - Quinta	<b>BEACH SOCCER</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>19h às 22h</b>



## *Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela*

Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 – Perequê – CEP 11630-000

Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-9200

CNPJ 46.482.865/0001-32 HOME PAGE – <http://www.ilhabela.sp.gov.br>



14/mar	Sexta	<b>Inter-Municipal Beach Soccer</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>14h às 19h</b>
15/mar	Sábado	<b>Inter-Municipal Beach Soccer</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>14h às 19h</b>
16/mar	<b>Domingo</b>	<b>Inter-Municipal Beach Soccer</b>	<b>PRAIA GRANDE</b>	<b>9h</b>
22/mar	Sábado	<b>Festival VÔLEI DE PRAIA - Base</b>	<b>PEREQUE</b>	<b>8h</b>